

The background of the cover is a photograph of a police car at night, with its blue and red emergency lights flashing. The car is positioned diagonally, and the background is blurred with bokeh light effects from other vehicles or streetlights.

Simulado Final

PM SC

Soldado - Pós-Edital

Simulado

Simulado PM SC - Soldado

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso PM SC - Soldado;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-PM-SC-19-08>

- | | | |
|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 01 – (A) (B) (C) (D) (E) | 20 – (A) (B) (C) (D) (E) | 41 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 02 – (A) (B) (C) (D) (E) | 21 – (A) (B) (C) (D) (E) | 42 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 03 – (A) (B) (C) (D) (E) | 22 – (A) (B) (C) (D) (E) | 43 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 04 – (A) (B) (C) (D) (E) | 23 – (A) (B) (C) (D) (E) | 44 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 05 – (A) (B) (C) (D) (E) | 24 – (A) (B) (C) (D) (E) | 45 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 06 – (A) (B) (C) (D) (E) | 25 – (A) (B) (C) (D) (E) | 46 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 07 – (A) (B) (C) (D) (E) | 26 – (A) (B) (C) (D) (E) | 47 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 08 – (A) (B) (C) (D) (E) | 27 – (A) (B) (C) (D) (E) | 48 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 09 – (A) (B) (C) (D) (E) | 28 – (A) (B) (C) (D) (E) | 49 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 10 – (A) (B) (C) (D) (E) | 29 – (A) (B) (C) (D) (E) | 50 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 11 – (A) (B) (C) (D) (E) | 30 – (A) (B) (C) (D) (E) | 51 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 12 – (A) (B) (C) (D) (E) | 31 – (A) (B) (C) (D) (E) | 52 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 13 – (A) (B) (C) (D) (E) | 32 – (A) (B) (C) (D) (E) | 53 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 14 – (A) (B) (C) (D) (E) | 33 – (A) (B) (C) (D) (E) | 54 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 15 – (A) (B) (C) (D) (E) | 34 – (A) (B) (C) (D) (E) | 55 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 16 – (A) (B) (C) (D) (E) | 35 – (A) (B) (C) (D) (E) | 56 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 17 – (A) (B) (C) (D) (E) | 36 – (A) (B) (C) (D) (E) | 57 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 18 – (A) (B) (C) (D) (E) | 37 – (A) (B) (C) (D) (E) | 58 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 19 – (A) (B) (C) (D) (E) | 38 – (A) (B) (C) (D) (E) | |
| 20 – (A) (B) (C) (D) (E) | 39 – (A) (B) (C) (D) (E) | |
| | 40 – (A) (B) (C) (D) (E) | |

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL*Fábio Ramos*

01. Se o Estado de Santa Catarina elabora sua própria Constituição ou altera seus dispositivos, ele exerce o

- a) poder constituinte originário.
- b) poder constituinte derivado decorrente.
- c) poder constituinte derivado reformador.
- d) processo de mutação constitucional.
- e) poder difuso.

02. Acerca das normas constitucionais que regem os direitos políticos e os partidos políticos, assinale a opção correta, conforme a Constituição Federal de 1988 e o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

- a) É inelegível para o cargo de vereador ex-cônjuge de governador do estado, ainda que se trate de reeleição e a dissolução do vínculo conjugal tenha ocorrido antes do início do mandato de governador.
- b) Não se aplica a regra da perda de mandato por infidelidade partidária a governador que, depois de eleito pelo sistema majoritário, resolva mudar de partido político.
- c) A condenação de servidor público federal por ato de improbidade administrativa não impede sua candidatura ao cargo de deputado federal, uma vez que tal situação não se inclui entre as hipóteses de suspensão de direitos políticos.
- d) O voto é obrigatório para o cidadão brasileiro naturalizado que seja analfabeto.
- e) Ação para impugnação do mandato de prefeito eleito graças a esquema de compra de votos deve ser ajuizada na justiça federal, dentro do prazo de seis meses, e instruída com provas do abuso do poder econômico.

03. A partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, um importante mudança no nosso ordenamento jurídico, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos:

- a) sempre terão a natureza jurídica de lei ordinária, exigindo a sua aprovação, pelo Congresso Nacional e a promulgação, na ordem interna, pelo Chefe do Poder Executivo;
- b) sempre terão a natureza jurídica de atos de direito internacional, não se integrando, em qualquer hipótese, à ordem jurídica interna do país.
- c) podem ter a natureza jurídica de emenda constitucional, caso sua aprovação aconteça nas duas casas do Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável da unanimidade dos respectivos membros;
- d) podem ter a natureza jurídica de lei complementar, desde que o Congresso Nacional venha a aprová-los com observância do processo legislativo ordinário;
- e) sempre terão a natureza jurídica de emenda constitucional, exigindo, apenas, que a sua aprovação, pelo Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável de dois terços dos respectivos membros;

04. Tibério, brasileiro nato, após completar dezoito anos de idade, alistou-se como eleitor junto ao órgão competente da Justiça Eleitoral. Ele percebeu que o o Presidente da República iria praticar um ato que lesaria o patrimônio público de sua cidade. À luz da sistemática constitucional afeta aos direitos e garantias fundamentais, Tibério poderá ajuizar

- a) mandado de segurança que será julgado pelo STF.
- b) ação civil pública que será julgada pelo STF.
- c) ação popular que será julgada pelo juiz federal.
- d) ação popular que será julgada pelo STF.
- e) ação popular que será julgada pelo STJ.

05. Ao tratar dos princípios fundamentais, a CF estabelece, em seu art. 1.º,

- a) a forma republicana de Estado, cláusula pétrea expressa, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.
- b) a forma republicana de governo, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.
- c) a forma federativa de Estado, cláusula pétrea implícita, caracterizada pela tripartição dos poderes da União.
- d) a forma federativa de Estado e o sistema presidencialista de governo.
- e) a forma republicana de governo e a forma federativa de Estado, cláusulas pétreas expressas

06. Suponha que Ross e Val, casados, cidadãos americanos, estavam de férias no Brasil quando, devido a uma intercorrência médica, Val deu à luz prematuramente ao seu filho Tanaka. Considerando o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Tanaka

- a) é brasileiro nato e poderá perder sua naturalização em virtude da prática de atividade nociva ao interesse nacional.
- b) Ele tem a Nacionalidade inata e no futuro poderá se candidatar para o cargo de Presidente e Vice-Presidente da República Federativa do Brasil.
- c) é brasileiro naturalizado e no futuro poderá ocupar o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.
- d) deve ser considerado como brasileiro nato, mas não poderá ocupar o cargo de oficial das Forças Armadas, pois seus pais são estrangeiros.
- e) apenas será considerado brasileiro após residir por um ano ininterrupto no Brasil e comprovar que tem idoneidade moral.

07. Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

- I. A forma federativa de Estado.
 - II. O voto direto, secreto, obrigatório e periódico.
 - III. A separação dos poderes.
 - IV. Os direitos e garantias fundamentais.
- A sequência de assertivas correta é:
- a) Apenas a assertiva I está incorreta.
 - b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
 - c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
 - d) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - e) As assertivas I, , III e IV estão corretas.

08. É INCORRETO afirmar que compete aos Municípios

- a) criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.
 - b) explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
 - c) instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.
 - d) promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.
 - e) promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.
-

NOÇÕES DE DIREITO PENAL COMUM*Antônio Pequeno*

09. O crime de atentado violento ao pudor, a partir da vigência da Lei nº 12.015/2009, deixou de estar descrito no Art. 214 do Código Penal, mas todas as elementares passaram a integrar o tipo de estupro (Art. 213 do Código Penal). A tal fenômeno se dá o nome de:

- a) princípio da continuidade normativo-típica;
- b) abolitio criminis;
- c) extra-atividade;
- d) novatio legis in melius;
- e) ultra-atividade.

10. Calíope, pretendendo matar Erato, saca uma arma de fogo e efetua disparos contra seu desafeto, atingindo-o e também a Euterpe, que passava pelo local. As duas pessoas alvejadas morrem em razão dos ferimentos sofridos. Na hipótese, é correto afirmar que haverá:

- a) crime único;
- b) concurso material;
- c) concurso formal perfeito;
- d) concurso formal imperfeito;
- e) crime continuado.

11. Acerca do concurso de pessoas, é correto afirmar que:

- a) o Código Penal brasileiro adotou a teoria monista, sem qualquer exceção;
- b) não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, inclusive quando elementares do crime;
- c) os delitos de corrupção ativa e passiva constituem exceção à teoria monista, porquanto descrevem conduta bilateral em tipos penais diversos;
- d) de acordo com a teoria do domínio do fato, a mera posição hierárquica do agente no contexto da estrutura organizacional autoriza a imputação enquanto autor;
- e) para os efeitos da teoria objetivo-formal, é autor quem participa, de qualquer modo, da execução do crime, induzindo, instigando ou auxiliando materialmente o executor da conduta prevista no verbo núcleo do tipo.

12. No que concerne aos crimes contra a honra, assinale a opção correta.

- a) A calúnia contra os mortos é impunível, por se tratar de crime impossível.
- b) Não se admite o instituto da retratação nos crimes de calúnia e difamação.
- c) No delito de injúria, o juiz poderá deixar de aplicar a pena se o ofendido, de forma reprovável, provocar diretamente a ofensa.
- d) A exceção da verdade é admitida, no crime de calúnia processado por ação penal privada, se o ofendido já tiver sido absolvido por sentença irrecorrível.
- e) Quem se julgar ofendido por crime contra a honra pode pedir explicações em juízo e, se houver recusa desse pedido pelo ofensor, cabe contra este sentença condenatória.

13. Marcos e João são vizinhos com histórico de discussões em razão dos ruídos noturnos provocados pelas festas produzidas por João. Certa noite, Marcos, em um acesso de raiva, efetua disparo de arma de fogo contra João, com intenção de matar seu alvo. O disparo atinge a perna da vítima, que é prontamente levada ao hospital, onde fica internada. No segundo dia de internação, em razão de um vazamento de gás não percebido, João morre por asfixia.

Diante do caso narrado, Marcos deverá responder pelo crime de:

- a) homicídio, uma vez que João só se encontrava no hospital em razão das lesões decorrentes da conduta criminosa de Marcos (conditio sine qua non);
- b) lesão corporal seguida de morte, uma vez que a morte por asfixia no hospital não era previsível;
- c) lesão corporal, já que eliminando-se em abstrato o vazamento de gás, não haveria a morte como resultado naturalístico de sua conduta;
- d) tentativa de homicídio, com fundamento na teoria da causalidade adequada, também adotada pelo ordenamento jurídico;
- e) tentativa de homicídio, em razão da existência de concausa concomitante para o resultado morte: o disparo de arma de fogo e o vazamento de gás.

14. Luísa, servidora pública, com intuito de comprometer a credibilidade de concurso público, permitiu que terceiros não autorizados tivessem acesso a seu conteúdo sigiloso. Nesse caso, Luísa deve responder por delito de

- a) prevaricação.
- b) fraude em certame de interesse público.
- c) advocacia administrativa.
- d) condescendência criminosa.
- e) violação de sigilo funcional.

15. De acordo com o Código Penal, constitui crime a falsificação de documento público. Nesse contexto, consideram-se documentos públicos, para fins penais, os documentos a seguir, à exceção de um. Assinale- o.

- a) O título emitido ao portador.
- b) As ações de sociedade comercial.
- c) O testamento particular.
- d) O instrumento particular de mandato.
- e) Os livros mercantis.

16. Acerca dos crimes patrimoniais, é correto afirmar que:

- a) admite-se a continuidade delitiva entre roubo e extorsão, porquanto crimes da mesma espécie;
- b) o crime de furto não se consuma quando, após invertida a posse, o agente é perseguido pela autoridade ou pela própria vítima e o bem é reavido;
- c) o crime de extorsão mediante sequestro é material e somente se consuma com o efetivo pagamento da vantagem como condição ou preço do resgate;
- d) diferenciam-se roubo e extorsão pelo grau de colaboração da vítima: no roubo, a participação da vítima é indispensável para a obtenção da vantagem; na extorsão, o grau de participação da vítima é irrelevante para a consecução do objetivo;
- e) consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse desviada.

**NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL
COMUM***Priscila Silveira*

17. Com relação às garantias constitucionais aplicáveis à espécie, assinale a opção correta:

- a) a vedação da produção de provas obtidas por meios ilícitos (art. 5º, LVI, CRFB), como possui natureza de garantia constitucional, deve ser interpretada de forma absoluta. Assim, não há possibilidade, no processo penal, de avaliação de prova obtida por meios ilícitos se for para favorecer o Acusado.
- b) A condenação de um réu sem defensor não viola o princípio do contraditório e da ampla defesa.
- c) O acusado em processo criminal tem o direito de permanecer em silêncio, sendo certo que o silêncio não importará em confissão, mas poderá ser valorado pelo juiz de forma desfavorável ao réu.
- d) O princípio da publicidade é aquele que garante à imprensa acesso a todas as informações processuais, em nome do interesse público.
- e) A ampla defesa assegura ao acusado a utilização dos meios e recursos inerentes durante o curso da ação penal.

18. Relativamente à aplicação da lei processual penal no tempo e no espaço e aos princípios processuais penais constitucionais, assinale a opção correta.

- a) A lei processual penal tem aplicação imediata e é aplicável tanto nos processos que se iniciarem após a sua vigência, quanto nos processos que já estiverem em curso no ato da sua vigência, e até mesmo nos processos que apurarem condutas delitivas ocorridas antes da sua vigência.
- b) Caso o processo penal já tenha sido iniciado, os atos praticados deverão ser refeitos e, todos os posteriores deverão ser praticados conforme a nova lei.
- c) A lei processual penal não deverá ser aplicada imediatamente, por isso prejudica a validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior, e constitui ofensa ao princípio da irretroatividade.
- d) A lei processual penal não se sujeitará a tratados, convenções ou regras de direito internacional.
- e) O Código de Processo Penal será aplicado a todas as ações penais e correlatas que tiverem curso no território nacional, nelas inclusas as destinadas a apurar crime de responsabilidade cometido pelo presidente da República.

19. De acordo com as disposições preliminares do Código de Processo Penal, a lei processual penal brasileira aplicar-se-á

- a) nos crimes de responsabilidade praticados pelo Presidente da República.
 - b) a todos brasileiros residentes do exterior, independentemente de tratado ou convenção.
 - c) aos processos de competência da Justiça Militar.
 - d) nos crimes de responsabilidade praticados pelos Ministros dos Estados nos crimes conexos com os do Presidente da República.
 - e) a todas as ações penais e correlatas que tiverem curso no território nacional.
-

20. Sobre o tema inquérito policial, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.
- b) O inquérito policial acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.
- c) Nos crimes de ação penal pública o inquérito policial pode ser iniciado a requerimento do ofendido.
- d) A autoridade policial apenas poderá mandar arquivar autos de inquérito policial quando o fato for atípico ou estiver extinta a punibilidade.
- e) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais

21. A instauração do inquérito policial nos crimes de ação penal pública incondicionada:

- a) pode ser feita de ofício pela autoridade policial.
- b) não pode ser feita através de comunicação de qualquer do povo.
- c) pode ser feita mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, mas não a requerimento do ofendido.
- d) pode ser feita através da representação do ofendido ou de seu representante legal.
- e) somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.

22. Com relação ao inquérito, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) o inquérito policial é instrumento sigiloso, mas poderá ser acessado a qualquer momento pelo advogado do indiciado.
- b) o inquérito policial, que é obrigatório para a propositura da ação penal, pode ser iniciado de ofício, por requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- c) o inquérito pode ser considerado indisponível para a autoridade policial, já que, uma vez instaurado, não poderá ser por ela diretamente arquivado.
- d) o Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências indispensáveis ao oferecimento da denúncia.
- e) o inquérito policial arquivado com fundamento na manifesta atipicidade do fato não poderá ser desarquivado, ainda que venham novos elementos de convicção acerca da ocorrência da conduta anteriormente investigada.

23. Relativamente ao inquérito policial, é correto afirmar que:

- a) referente a crime cuja ação penal é exclusivamente privada pode ser instaurado sem representação da vítima, porque a representação é condição de procedibilidade da ação penal e não do inquérito.
 - b) o inquérito policial é imprescindível para instruir o oferecimento da denúncia.
 - c) o indiciado poderá requerer à autoridade policial a realização de qualquer diligência.
 - d) instaurado pela autoridade policial pode ser por ela arquivado, caso não fique apurado quem foi o autor do delito.
 - e) O Ministério Público não pode requerer a devolução do inquérito policial para novas diligências imprescindíveis ao oferecimento da denúncia, diante da sua característica de indisponibilidade.
-

24. Sobre o prazo para o encerramento do inquérito policial, é correto afirmar que ele será de:

- a) 15 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente.
- b) 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que for expedida a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
- c) 20 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente.
- d) 15 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente.
- e) 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

Géssica Ehle

25. De acordo com a Lei Estadual nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares do Estado de Santa Catarina, o cargo de policial-militar é considerado vago a partir de sua criação e até que um policial-militar nele tome posse ou desde o momento em que o policial-militar exonerado, ou que tenha recebido determinação expressa de autoridade competente, o deixe e até que outro policial-militar tome posse. Além dessas, outras situações geram a vacância do cargo, exceto:

- a) policial-militar falecido
- b) policial-militar considerado extraviado
- c) policial-militar promovido
- d) policial-militar considerado desertor
- e) saída de policial-militar exonerado até que outro policial-militar tome posse

26. Nos termos do Estatuto dos Policiais-Militares do Estado de Santa Catarina, é considerado desaparecido, o policial-militar que no desempenho de qualquer serviço, em viagem, em operações policiais-militares ou em caso de calamidade pública,

- a) deixar de comparecer a sua Organização Policial-Militar por mais de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas
- b) tiver paradeiro ignorado por mais de 8 (oito) dias
- c) tiver paradeiro ignorado por mais de 30 (trinta) dias
- d) ausentar-se, sem licença, da Organização Policial-Militar por mais de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas
- e) tiver paradeiro ignorado por mais de 10 (dez) dias

27. Considerando o que dispõe o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, a transgressão da disciplina deve ser classificada, desde que não haja causas de justificação, em

- a) leve, média, moderada e grave
 - b) leve, média, grave e gravíssima
 - c) leve, grave e gravíssima
 - d) leve, moderada e grave
 - e) leve, média e grave
-

28. Com base no Decreto Estadual nº 12.112, de 16 de setembro de 1980, o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, são todas as punições disciplinares previstas

- a) advertência escrita, repreensão, detenção e prisão
- b) advertência, repreensão verbal, suspensão, prisão e prisão em separado, licenciamento e exclusão a bem da disciplina
- c) advertência escrita, repreensão como admoestação verbal, suspensão, prisão e prisão em separado, licenciamento e exclusão a bem da disciplina
- d) advertência como admoestação verbal, a repreensão como censura enérgica, detenção, prisão e prisão em separado, licenciamento e exclusão a bem da disciplina
- e) advertência como admoestação verbal, a repreensão como censura enérgica, suspensão, detenção, prisão e prisão em separado, licenciamento e exclusão a bem da disciplina

29. Com base no disposto no Decreto-lei nº 667/1969, que reorganiza as polícias militares e os corpos de bombeiro militares dos estados, dos territórios e do Distrito Federal, assinale a opção em que é indicado o membro da corporação designado, segundo a hierarquia das polícias militares, como Praças de Polícia

- a) 1º Tenente
- b) 2º Tenente
- c) Aspirante-a-Oficial
- d) Capitão
- e) Cabo

30. A partir do Decreto-lei nº 667/1969, quanto ao Código de Ética e Disciplina, aprovado por lei estadual ou federal para o Distrito Federal, específica, que tem por finalidade definir, especificar e classificar as transgressões disciplinares e estabelecer normas relativas a sanções disciplinares, conceitos, recursos, recompensas, bem como regulamentar o processo administrativo disciplinar e o funcionamento do Conselho de Ética e Disciplina Militares, são princípios expressamente previstos:

- a) dignidade da pessoa humana, incentivo à medida privativa e restritiva de liberdade
- b) reformacio in pejus, devido processo legal
- c) celeridade e legalidade
- d) presunção de inocência e publicidade
- e) dignidade da pessoa humana e vedação de medida privativa e restritiva de liberdade

31. Segundo determina o Decreto n.º 88.777/1983, quando o policial militar estiver a se exercitando o policial-militar, individualmente e em equipe, desenvolvendo sua habilidade para o desempenho das tarefas para as quais já recebeu a adequada instrução, ele estará

- a) à disposição
 - b) agregado
 - c) em adestramento
 - d) em aprestamento
 - e) em missão
-

32. De acordo com o Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, o policial do serviço ativo do Exército, nomeado para comandar Polícia Militar ou Corpo de Bombeiro Militar, passará à disposição do respectivo Governo do Estado, Território ou Distrito Federal, pelo prazo inicial de

- a) 06 (seis) meses
- b) 01 (um) ano
- c) 02 (dois) anos
- d) 03 (três) anos
- e) 04 (quatro) anos

LÍNGUA PORTUGUESA

Janaina Arruda

Vivemos em um contexto de profundas mudanças societárias que refletem diretamente na vida dos indivíduos e presenciamos uma desigualdade social cada vez mais acentuada. É justamente nessa conjuntura de profundas mudanças sociais, de mutações do mundo do trabalho e acirramento da questão social que necessitamos compreender o sistema educacional e suas implicações no cotidiano escolar, permeado de conflitos oriundos dos diferentes sujeitos que o compõem.

As novas configurações da sociedade no sistema capitalista — que repercutem diretamente nos mais diferentes espaços da vida cotidiana — são, na realidade, reflexos do agravamento da questão social: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos se mantém privada, monopolizada por apenas uma parte da sociedade.

A educação é um processo que se desenvolve historicamente, num tempo dinâmico e num espaço que sofre transformações constantes, tendo como característica a preocupação com a formação do ser humano em sua plenitude, com a perspectiva de transformar a sociedade em benefício de seus sujeitos. Entendendo-se a educação como componente de um contexto histórico-social, o trabalho dos diferentes profissionais nesse espaço sócio-ocupacional deve ser realizado com uma visão totalizadora da realidade social, a partir de uma concepção crítica das questões inerentes ao processo educacional e, consequentemente, à vida humana.

Ora, se a educação deve ser compreendida dentro de um contexto histórico-social, as diferentes áreas e profissões cuja atuação se desenvolve na efetivação dessa política social necessitam de estratégias de ação com o objetivo de estimular o processo de conscientização dos indivíduos numa perspectiva transformadora da realidade.

A educação em sua forma emancipadora pode ser vista como um instrumento de luta pelos direitos do cidadão, contribuindo para a formação de um sujeito crítico e consciente, um ser humano apto ao questionamento e à tomada de decisões. Assim, a escola seria o espaço capaz de produzir uma formação ampla para o indivíduo, auxiliando-o na construção do conhecimento e da convivência humana e social, política e cultural.

Cirlene Aparecida H. S. Oliveira. O significado do trabalho interdisciplinar na escola. In: Célia Maria David et al. (Orgs). Desafios contemporâneos da educação. 1 ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, p. 238–239 (com adaptações).

33. Com relação às ideias do texto, assinale a opção correta:

- a) A educação é um processo material e estagnado no tempo, num espaço rígido, sem mutações.
- b) A escola é o ambiente cuja formação do indivíduo pode ser dilatada para a construção de conhecimento e de convivência em sentido amplo.
- c) As configurações da sociedade limitam o processo de aprendizado por ter estruturas pré-determinadas
- d) A desigualdade social é controlada quando a educação se aproxima do sistema capitalista da sociedade.
- e) A produção social individualiza os sujeitos e os torna incapazes de ampliar seu conhecimento e sua convivência.

34. No que se refere aos aspectos linguísticos do texto CG2A1-I, assinale a opção correta.

- a) A correção gramatical e o sentido do texto seriam preservados caso a expressão “refletem diretamente na vida” (primeiro período do primeiro parágrafo) fosse substituído por refletem diretamente a vida da pessoa.
- b) O emprego do acento nos vocábulos “societária” e “característica” justifica-se pela mesma regra de acentuação gráfica.
- c) A supressão da vírgula logo após “sociais” (segundo período do primeiro parágrafo) manteria a coesão e a correção gramatical do texto, uma vez que, no contexto dado, seu emprego é facultativo.
- d) A substituição da palavra “conjuntura” (segundo período do primeiro parágrafo) por circunstância manteria a coesão e o sentido original do texto.
- e) O pronome QUE no primeiro período do texto remete a “societárias”, que o antecede.

35. Em cada uma das opções a seguir, é apresentada uma proposta de reescrita do trecho “As novas configurações da sociedade no sistema capitalista — que repercutem diretamente nos mais diferentes espaços da vida cotidiana — são, na realidade, reflexos do agravamento da questão social” (primeiro período do segundo parágrafo). Assinale a opção cuja proposta de reescrita mantém o sentido, a coerência e a correção gramatical do texto:

- a) As novas configurações da sociedade no sistema capitalista, que repercutem diretamente nos mais diferentes espaços da vida cotidiana, são, realmente, reflexos do agravamento da questão social
 - b) As novas configurações da sociedade no sistema capitalista: que repercutem diretamente nos mais diferentes espaços da vida cotidiana — são, radicalmente, reflexos do agravamento da questão social
 - c) As novas configurações da sociedade no sistema capitalista (que repercutem diretamente nos mais diferentes espaços da vida cotidiana) são no mundo real, reflexos do agravamento da questão social
 - d) As novas configurações da sociedade no sistema capitalista, que repercutem diretamente nos mais diferentes espaços da vida cotidiana — são, na real, reflexos do agravamento da questão social
 - e) As novas configurações da sociedade no sistema capitalista “que repercutem diretamente nos mais diferentes espaços da vida cotidiana” são, na realidade, reflexos do agravamento da questão social
-

36. O sinal de dois-pontos empregado após “questão social” (primeiro período do segundo parágrafo) introduz um(a)

- a) citação
- b) conclusão
- c) diálogo
- d) enumeração
- e) explicação

37. A oração “profissões cuja atuação se desenvolve na efetivação dessa política social”, no quarto parágrafo,

- a) explica a expressão “profissões”
- b) restringe o sentido da expressão “diferentes”
- c) restringe o sentido de “áreas e profissões”
- d) está coordenada à expressão “profissões”
- e) está subordinada à expressão “diferentes”

38. No último período do terceiro parágrafo, o termo “inerentes” poderia ser substituído, mantida a correção gramatical e o sentido do texto, por:

- a) intrínsecas
- b) especiais
- c) iguais
- d) independentes
- e) relacionais

39. A palavra “SE” no trecho “Entendendo-se a educação como componente de um contexto histórico-social”, no terceiro parágrafo, é classificada como:

- a) conjunção integrante
- b) índice de indeterminação do sujeito
- c) pronome reflexivo
- d) partícula apassivadora
- e) termo expletivo

40. Assinale a alternativa correta quanto à colocação pronominal:

- a) Em “permeado de conflitos oriundos dos diferentes sujeitos que o compõem”, o pronome “o” está em posição enclítica devido à presença da palavra atrativa QUE.
- b) Em “o trabalho torna-se mais amplamente social” o pronome “se” pode ser deslocado para antes do verbo sem causar qualquer prejuízo para a correção gramatical do trecho.
- c) Em “enquanto a apropriação de seus frutos se mantém privada”, o deslocamento do pronome “se” para depois do verbo no participio causaria alteração de sentido no texto somente.
- d) Em “A educação é um processo que se desenvolve historicamente”, o pronome “se” pode ser colocado antes do termo “historicamente”, pois esse é um advérbio e atrai o pronome.
- e) Em “Entendendo-se a educação”, a posição mesoclítica do pronome se justifica por não ser correto iniciar orações com pronome oblíquo.

41. O termo destacado no trecho “o trabalho torna-se mais amplamente social, **enquanto** a apropriação de seus frutos se mantém privada, monopolizada por apenas uma parte da sociedade” tem sentido:

- a) conclusivo
 - b) conformativo
 - c) concessivo
 - d) alternativo
 - e) temporal
-

42. Tendo em vista o Manual de Redação Oficial da Presidência da República, assinale a alternativa correta:

- a) E Exposição de Motivos é um documento dirigido pelo Presidente da República ao Chefe do Poder Legislativo
- b) A Mensagem é um documento utilizado pelos Ministros para atos normativos ou informativos para o Presidente da República
- c) O padrão ofício apresenta Local e data à margem direita do documento
- d) A identificação do Signatário é indispensável para qualquer documento oficial
- e) Aviso, memorando e ofício são documentos utilizados pelo serviço público

INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

43. Há circunstâncias em que o trabalho não deve ser interrompido de forma abrupta. Nesses casos, devemos usar um aparelho de suporte elétrico que fornece autonomia para o sistema, em caso de falha na corrente principal. Esse aparelho é o:

- a) Estabilizador
- b) Modulo isolador
- c) No break
- d) Transformador
- e) Fonte.

44. O Registro do Windows é o arquivo responsável por:

- a) Gerenciar os usuários que estão cadastrados para usar o computador
- b) Fazer o controle dos dispositivos instalados na máquina
- c) Gerenciar os softwares instalados na máquina
- d) Montar a interface de comunicação com o usuário do Sistema Operacional.
- e) Armazenar as informações sobre o licenciamento do Sistema Operacional.

45. No Writer, temos uma funcionalidade que possibilita eu o conteúdo de duas ou mais tabelas sejam integrados formando uma tabela só Essa funcionalidade é:

- a) Mesclar Tabela
- b) Dividir Tabela
- c) Unir Tabela
- d) Juntar Tabela.
- e) Criar Tabela

46. No Calc o usuário digitou a função =Agora() . O que será apresentado na mesma célula quando ele apertar enter:

- a) Nada. O Calc não reconhece essa função e ignora o comando
- b) A data e a hora do sistema.
- c) A data e a hora do sistema atualizadas
- d) A data atual apenas
- e) Uma mensagem de erro.

47. No Impress, temos um slide que serve de padrão para toda a apresentação. Mudanças feitas nele são refletidas para todo o resto do arquivo. Essa funcionalidade se chama:

- a) Slide Padrão
- b) Slide de Amostra
- c) Modelo
- d) Slide Mestre.
- e) Layout

48. Ataque que realiza o sequestro dos dados. Ao invadir uma máquina os dados do usuário são criptografados e é solicitado um resgate para a sua liberação. Essa situação descreve um ataque de:

- a) Spyware
 - b) Ransomware.
 - c) Phishing
 - d) Pharming.
 - e) Cookie.
-

49. É um ataque que se caracteriza pela alta capacidade de multiplicação e apresenta atuação independente, sem a necessidade de se acoplar a outro arquivo ou programa

- a) vírus
- b) cavalo de tróia
- c) worm
- d) spyware
- e) cookie

50. Um usuário, estava com o Google Chrome aberto e, por curiosidade, digitou: 60+30 na barra de endereços do referido navegador. Após apertar 'enter' teremos como resultado:

- a) Uma explicação sobre os números digitados.
- b) O primeiro resultado exibido é uma calculadora com a soma dos valores, no caso 90.
- c) Uma tabuada com todas os elementos básicos do sistema decimal.
- d) A etimologia da escrita cardinal desses números.
- e) Uma mensagem de erro, pois o intuito da ferramenta é trabalhar com caracteres.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

51. Aos domingos,

– como pizza no jantar ou não tomo açaí,

– corro ou jogo futebol e

– tomo açaí ou não corro.

Se, no último domingo, não joguei futebol, então

- a) corri e não comi pizza no jantar.
- b) não corri e comi pizza no jantar.
- c) não comi pizza no jantar e não tomei açaí.
- d) não corri e não tomei açaí.
- e) corri e tomei açaí.

52. Carlinha tem alguns cartões e disse a seu pai: “cada um dos meus cartões tem uma letra em uma das faces e um número em outra”. Carlinha complementou: “se na face de um cartão tem uma vogal, então no verso há um número ímpar”.

Em seguida, Carlinha mostrou frente e verso de três cartões.

	Primeiro cartão	Segundo cartão	Terceiro cartão
Frente	C	B	A
Verso	2	3	5

O pai de Carlinha analisou os cartões, e concluiu que:

- a) apenas o cartão I contradiz as informações de Carlinha.
- b) apenas o cartão II contradiz as informações de Carlinha.
- c) apenas os cartões I e II contradizem as informações de Carlinha.
- d) todos os três cartões contradizem as informações de Carlinha.
- e) nenhum dos três cartões contradizem as informações de Carlinha.

53. Proposição P: Se o policial for diligente e a operação bem planejada, a fraude será encontrada e o responsável será punido.

O número de linhas da tabela verdade associada à proposição P, mencionada no texto, é igual a

- a) 2
- b) 4.
- c) 8.
- d) 16.
- e) 32.

Baseado no texto abaixo, resolva as questões 54 e 55

O Estratégia Concursos promoveu uma reunião entre os professores. Em um certo intervalo, 20% das mulheres deixaram a sala de reunião e o número de professoras ficou igual a $\frac{3}{5}$ do número de professores homens. Se, com a saída das mulheres, o grupo passou a ser de 320 pessoas, responda as questões seguintes:

54. Depois da saída das mulheres, qual é nova porcentagem de homens?

- a) 62,5%
- b) 84%
- c) 60%
- d) 64,5%
- e) 37,5%

55. Qual é a quantidade original de pessoas na reunião?

- a) 340
- b) 350
- c) 360
- d) 370
- e) 380

Uma pesquisa realizada com um grupo de 35 papiloscopistas da polícia federal a respeito da atividade A — identificação de vítimas — e da atividade B — descoberta de crimes de falsificação — revelou que 29 gostam da atividade A e 28 gostam da atividade B.

Com base nessas informações, resolva as questões 56 e 57.

56. Qual é a quantidade máxima de papiloscopistas desse grupo que não gosta de nenhuma das duas atividades?

- a) 5
- b) 7
- c) 8
- d) 4
- e) 6

57. Infere-se dos dados que a quantidade mínima de papiloscopistas desse grupo que gostam das duas atividades é igual a:

- a) 20
- b) 21
- c) 22
- d) 23
- e) 24

58. Se minha casa não é azul, então o meu gato mia.
Se minha casa é azul, então João não é feliz. Ora, João é feliz. Logo:

- a) a minha casa é azul e o meu gato não mia
 - b) a minha casa não é azul e o meu gato mia
 - c) a minha casa é azul e o meu gato mia
 - d) a minha casa não é azul e o meu gato não mia
 - e) se João é feliz, então o meu gato não mia
-

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
